Curso «A União Europeia e as Suas Perspectivas de Evolução» — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de Abril a Junho de 2006;
Seminário de Alta Direcção para Administração Pública, INA, de 27 de Junho a 1 de Julho de 2005;
Curso de Formação Pedagógica de Formadores, INA, de Setembro de 1998 a Março de 1999
Formadora em áreas de actuação do SEF (direito de estrangeiros, organização de processos), em 2000 e em 2006;
Membro do Grupo de Trabalho para Elaboração do Decreto Regulamentar do Decreto-Lei n.º 244/98, em 1998;
Estágio de advocacia, de 1989 a 1991.

202964499

Direcção-Geral de Administração Interna

Despacho n.º 3943/2010

Nos termos do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 29 de Março, indico para me substituir, nas minhas faltas ou impedimentos, o director da área de administração eleitoral, licenciado Jorge Manuel Ferreira Miguéis

29 de Janeiro de 2010. — O Director-Geral, *Paulo Machado*.

202964766

Despacho n.º 3944/2010

Considerando o Decreto-Lei n.º 230/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna;
Considerando o Decreto-Lei n.º 78/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral da Administração Interna e define as suas atribuições;
Considerando a Portaria n.º 341/2007, de 30 de Março, que fixa a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.
Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, em função da nova estrutura orgânica, ao abrigo do n.º 1, do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau, como Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo, a licenciada Sílvia Cristina Chambel Silva, que reúne as qualificações profissionais e académicas adequadas ao preenchimento do respectivo lugar, conforme resulta do curriculum anexo.
O presente despacho produz efeitos a 8 de Fevereiro de 2010.

25 de Fevereiro de 2010. — O Director-Geral, *Paulo Machado*.

Nome: Sílvia Cristina Chambel Silva
Data de Nascimento: 26/03/1976
Nacionalidade: portuguesa;
Currículo Académico:

Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1994/1998).

Currículo Profissional:

De 30/12/2008 a 31/12/2009 — nomeada em regime de substituição Directora do Departamento de Gestão Financeira e de Recursos Humanos da AMA — Agência Para a Modernização Administrativa, I. P.;
De 01/02/2008 a 29/12/2008 — designada Coordenadora do Departamento de Gestão Financeira e de Recursos Humanos da AMA — Agência Para a Modernização Administrativa, I. P.;
De 20/03/2006 a 24/09/2006 — nomeada Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Para a Gestão das Lojas do Cidadão em regime de substituição;
De 01/03/2003 a 19/03/2006 e 24/09/2006 a 01/02/2008 — nomeada em comissão de serviço Coordenadora do Núcleo de Gestão Orçamental e Patrimonial do Instituto Para a Gestão das Lojas do Cidadão (entretanto integrado na Agência Para a Modernização Administrativa);
De 05/02/2001 a 01/03/2003 — técnica superior do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Para a Gestão das Lojas do Cidadão;
De 1998 a 2001 — Em período anterior ao ingresso na Administração Pública desempenhou actividade profissional nas áreas financeira e de recursos humanos nas empresas KpnQwest-Portugal, Eunet Portugal, e Agesfal Management Institute;

Informação Adicional

Desempenho de funções de Técnica Oficial de Contas do Instituto Para a Gestão das Lojas do Cidadão e da Agência Para a Modernização Administrativa.

202965251

Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos

Despacho n.º 3945/2010

Cessação de procedimento concursal

De acordo com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por nenhum candidato ter obtido a classificação mínima exigida no método de selecção avaliação curricular, considera-se cessado, por inexistência de candidatos à sua prossecução, o procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 20002/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 216, de 6 de Novembro de 2009.

Data: 03 de Fevereiro de 2010. — Nome: *José Valadas Revez,* Cargo: Director-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos.

202971075

Governo Civil do Porto

Despacho n.º 3946/2010

I — Atento o conteúdo normativo do Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações (LVCR), aprovada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, compete aos dirigentes máximos dos serviços e organismos da Administração Pública, nos primeiros 15 dias após o início da execução orçamental, tomar decisões nos seguintes domínios:

1) Prémios de desempenho
Tendo em consideração as verbas orçamentais destinadas a suportar os encargos com a atribuição de prémios de desempenho, determinação do universo dos cargos, das carreiras e categorias onde a atribuição de prémios de desempenho pode ter lugar, com as desagregações necessárias do montante disponível para o efeito nos termos do n.º 5 e n.º 1 alínea *c*) do artigo 7.º, artigo 74.º e 75.º da LVCR.
2) Alteração de posição remuneratória

a) Determinar o montante máximo a afectar para efeitos de alteração de posição remuneratória nos termos do n.º 1 alínea *b*), n.º 3 e n.º 4 do artigo 7.º da LVCR;
b) Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório — artigo 47.º da LVCR;
c) Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, com indicação dos universos das carreiras e categorias abrangidas e, bem assim, a indicação do montante máximo com as desagregações necessárias — artigos 7.º, n.º 1, alínea *b*), n.º 3 e n.º 4 e 46.º da LVCR;
d) Alteração excepcional do posicionamento remuneratório, com indicação dos universos das carreiras e categorias abrangidas e, bem assim, a indicação do montante máximo com as desagregações necessárias — artigos 7.º, n.º 1, alínea *b*), n.º 3 e n.º 4, e 48.º da LVCR.

3) Recrutamento de novos postos de trabalho:
Determinação do montante máximo a despender com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados (novos postos de trabalho) — artigos 7.º, n.º 1 alínea *b*), n.º 3 e n.º 4 da LVCR.
II — Nestes termos, considerando o disposto nos artigos 46.º, 47.º, 48.º, 74.º e 75.º da LVCR, determino relativamente a cada um dos pontos supra mencionados, o seguinte:
1) Prémios de desempenho:
a. O Governo Civil do Distrito do Porto, não irá promover, a atribuição de prémios de desempenho.
2) Alteração do posicionamento remuneratório:
Nos termos do disposto no artigo 7.º, n.º 1, alínea *b*), n.º 3 e n.º 4 da LVCR, a dotação global para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório é de 10.404,52€ (Dez mil, quatrocentos e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), no universo do SIADAP 3, nas carreiras de Assistente Técnico e Assistente Operacional, distribuídos do seguinte modo:

a) Alteração obrigatória da posição remuneratória:

Com uma dotação orçamental de 0,00€ (Zero euros).

b) Alteração da posição remuneratória por opção gestionária:

A dotação orçamental para efeitos de alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária é de 8.770,00€ (oito mil setecentos e setenta euros), para as carreiras Assistente Técnico e Assistente Operacional.

c) Alteração excepcional da posição remuneratória por opção gestionária:

No uso da competência que me é conferida determino que a dotação para efeitos de alteração excepcional do posicionamento remuneratório seja de 1.635,06€ (mil seiscentos e trinta e cinco euros e seis cêntimos) para a carreira Assistente Operacional.

III — Recrutamento de novos postos de trabalho

A dotação a despender com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Governo Civil do Distrito do Porto previsto no projecto do orçamento de 2010 é de 120.516,00€ (cento e vinte mil, quinhentos e dezasseis euros)

Nos termos da legislação em vigor o presente despacho deverá ser publicado mediante afixação em local próprio e na página electrónica do Governo Civil do Porto.

Porto, 8 de Fevereiro de 2010. — A Governadora Civil, *Dr.ª Isabel Santos*.

202960497

Polícia de Segurança Pública

Direcção Nacional

Listagem n.º 36/2010

Nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, faz-se público a lista de adjudicações de obras públicas no ano de 2009 *

Designação da Obra Pública	Forma de atribuição	Valor com IVA	Adjudicatário
Empreitada de obras públicas para a montagem da porta de entrada da 8.ª Esquadra do Cometlis.	Ajuste Directo	2070,00 €	Fraterna — Engenharia, Consultoria e Construção, L.da *
Trabalhos a mais — Empreitada de obras públicas para remodelação dos quartos de detenção da Esquadra de Moura — CD de Beja.	Ajuste Directo	972,00 €	Raig — Construções, L.da
Trabalhos a mais -Empreitada para substituição de duas coberturas no CD de Braga.	Concurso Limitado	12.573,83 €	Pereira & Ferreira Pinto, L.da
Trabalhos a mais — Empreitada de obras públicas para a substituição de cobertura e pavimento do edifício do CD de Santarém.	Concurso Limitado	2.280,00 €	Gaia Pinto — Construções, L.da
Trabalhos a mais — Empreitada de obras públicas para a reparação da cobertura do Edifício Principal da DN da PSP.	Concurso Limitado	6.684,00 €	Lovarte — Comércio e Indústria de Construção, L.da

* A referida empreitada refere-se ao ano de 2008, mas por lapso não foi publicada em devido tempo, regularizando-se desta forma a sua publicitação.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2010. — O Director Nacional-Adjunto, Unidade Orgânica de Logística e Finanças, *Francisco Ascenção Santos,* Superintendente-Chefe.

202960983

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho n.º 3947/2010

Considerando que a actividade venatória é praticada apenas por quem é detentor da carta de caçador e que é de vital importância que o caçador seja responsável na prática desta actividade;

Considerando que uma boa formação teórica e prática pode garantir uma base sólida, para os futuros caçadores poderem praticar o acto venatório de forma consciente e esclarecida;

Considerando que é desejável que essa base seja habilitante para a correcta prática do acto venatório, de acordo com as exigências do respeito da natureza e da biodiversidade;

Considerando que o uso e porte de arma é imprescindível para o exercício da actividade venatória e implica o conhecimento profundo das regras de segurança inerentes à perigosidade desta actividade, bem como do correcto manuseamento das armas;

Considerando que todo o processo de obtenção da carta de caçador é hoje moroso e que não existe uma formação teórica garantida, adequada aos requisitos desta actividade;

Considerando que a articulação entre as entidades responsáveis pelo processo em causa é essencial para se garantir um resultado célere e mais simples tornando-se vantajoso tanto para o caçador como para a caça:

Determina-se:

1) É constituído o grupo de trabalho para a simplificação de procedimentos na obtenção, de forma concomitante, das cartas de caçador e de licença de uso e porte de arma para o exercício de actividade venatória, composto pelos seguintes elementos:

Dr.ª Lourdes Sardinha, assessora do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna.

Dr. Afonso Bianchi, assessor do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural.

Subintendente Pedro de Moura, como representante da Polícia de Segurança Pública.

Dr. Manuel Pereira, chefe da Divisão de Caça e Pesca, da Autoridade Florestal Nacional.

2) O grupo de trabalho ora constituído deverá apresentar as propostas para a prossecução dos seus objectivos até ao final do mês de Março.

3) Os objectivos estabelecidos pelo presente despacho deverão ser desenvolvidos em estreita articulação com as organizações do sector da caça de 1.º nível.

24 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues.* — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro.*

202964003

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extracto) n.º 4546/2010

A seguir se publica a lista do Movimento dos Oficiais de Justiça referente ao mês de Novembro de 2009, aprovado por despacho de 25-02-2010, da Subdirectora-Geral, por delegação:

Número:13153 Fernando António Ramos
Categoria: Secretário Justiça
Tribunal: Porto Varas Criminais
N.ord: 7 /07 Antig: 18 anos 9 meses 19 dias CL.serv: Muito Bom
Provimento: Transferência
Categoria: Secretário Justiça
Tribunal: Porto Secret.Geral Varas Crim/Juízos Criminais
Obs: Artigo 38.º
Número:11611 José Martins De Barros
Categoria: Secretário Justiça
Tribunal: São Pedro do Sul
N.ord: 11 /07 Antig: 18 anos 9 meses 19 dias CL.serv: Muito Bom
Provimento: Transferência